



ARTIGOS - ARTICLES

O Pensamento Econômico Católico: Origem, desenvolvimento e declínio

Bruno Fernandes Dantas Mamede¹
Departamento de História - Universidade de São Paulo
bruno.mamede@usp.br

Como citar este artigo: MAMEDE, B. F. “O Pensamento Econômico Católico: Origem, desenvolvimento e declínio”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, n.º9, pp. 98-134. 2020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa-

Resumo: Neste artigo² buscamos fazer um compêndio das principais ideias que nortearam o chamado Pensamento Econômico Católico, do seu surgimento, fruto da reflexão escolástica, a sua fragmentação, ligada às circunstâncias impostas pela Segunda Guerra Mundial. A reflexão católica sobre o funcionamento da economia constitui um capítulo pouco explorado pelo campo da História das Ideias e, especificamente, pela História do Pensamento Econômico. As primeiras contribuições sistemáticas, nesse sentido, são feitas pelos escolásticos, de Santo Tomás de Aquino até os intelectuais da Escola de Salamanca, buscando, de forma geral, posicionar a moral católica frente às transformações econômicas geradas pelo Renascimento Comercial e Urbano, entre os séculos XI e XIII. A sequência de acontecimentos históricos, como as grandes navegações, o surgimento de novas rotas de comércio, a colonização da América, e a consolidação do capitalismo mercantil exigiu que a Igreja Católica continuasse a pensar sobre os problemas advindos dessas novas dinâmicas econômicas. De acordo com a necessidade, as elites intelectuais do catolicismo se revezaram na busca da “cristianização” da economia, ora de forma mais intensa, ora com longos intervalos de silêncio, até que se estrutura de formas mais palpáveis entre os séculos XIX e XX.

Palavras-chave: Economia; Catolicismo; Teologia; Pensamento Econômico.

¹ Mestre em História Econômica (USP), Especialista em História, Sociedade e Cultura (PUC-SP) e Bacharel em História (USP), atuo como Professor de História do Colégio e Curso Objetivo e no ramo editorial. Minha pesquisa mais recente analisou as contribuições do pensamento de Joseph Ratzinger-Bento XVI para a construção do que chamamos de Teoria Econômica Católica.

² O texto a seguir compõe uma parte do primeiro capítulo da dissertação que defendemos no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP em 2019, intitulada “O Pensamento Econômico Católico e a Doutrina Social da Igreja: As contribuições de Joseph Ratzinger-Bento XVI”.

Catholic Economic Thought: Origin, development and decline

Abstract: In this article we seek to make a compendium of the main ideas that guided the so-called Catholic Economic Thought, from its emergence, result of scholastic reflection, to its fragmentation, linked to the circumstances imposed by the Second World War. Catholic reflection on the functioning of the economy constitutes a little explored chapter by the field of the History of Ideas and, specifically, by the History of Economic Thought. The first systematic contributions, in this sense, are made by the scholastics, from Thomas Aquinas to the intellectuals of the Salamanca School, seeking, in general, to position catholic morality in the face of the economic transformations generated by the Commercial and Urban Renaissance, between the centuries XI and XIII. The sequence of historical events, such as the great navigations, the emergence of new trade routes, the colonization of America, and the consolidation of mercantile capitalism demanded that the Catholic Church continue to think about the problems arising from these new economic dynamics. According to the need, the intellectual elites of catholicism took turns in the search for the “christianization” of the economy, sometimes more intensely, sometimes with long intervals of silence, until it was structured in more palpable forms between the centuries XIX and XX.

Keywords: Economy; Catholicism; Theology; Economic Thinking.

Introdução

O objetivo deste artigo é, primeiramente, fazer um levantamento historiográfico do chamado “pensamento econômico católico”, o qual possui raízes na Idade Média e referências variadas. A reflexão católica sobre a economia está ancorada, originalmente, no pensamento escolástico, fortemente influenciado por Aristóteles; após um período de esterilidade entre a segunda metade do século XIV e o final do século XV, passou por uma fase de revitalização e desenvolveu-se ao longo do século XVI, durante a chamada Segunda Escolástica, cujos teóricos estavam ligados, em sua maioria, à Escola de Salamanca. Nos séculos XVII e XVIII, com o desenvolvimento do pensamento liberal, a perspectiva católica entrou, novamente, em decadência. Porém, no século XIX, após a restauração da Companhia de Jesus (1814) e a reabertura da Universidade Católica de Louvain (1834)³, o pensamento

³ Para um breve histórico da Universidade Católica de Louvain, sugerimos o artigo do Prof. Dr. Newton Aquiles von Zuben, “A Primeira Universidade Católica do Mundo”, disponível em: <http://jornal.puc-campinas.edu.br/a-primeira-universidade-catolica-do-mundo/>. Acesso: Agosto de 2018.

econômico católico, agora já com esta denominação, ganhou novas energias com a contribuição de numerosos intelectuais, sobretudo de padres jesuítas.

De forma geral, veremos brevemente como o pensamento econômico católico se originou, como e porque se desenvolveu na mentalidade católica a partir de determinados contextos, e como entrou em declínio no final da primeira metade do século XX. É importante ressaltar que neste artigo não trataremos da Doutrina Social da Igreja, e que esta difere do que classificamos como Pensamento Econômico Católico. A primeira reflexão parte do Magistério da Igreja, enquanto a segunda provém, no geral, de teólogos e pensadores, livres dos limites que documentos institucionais impõem. Também vale destacar que se trata de uma análise de longa duração, portanto certos temas serão abordados com a brevidade adequada para a extensão de um artigo.

O Pensamento Econômico Escolástico e a Segunda Escolástica

A origem do pensamento econômico católico⁴ se encontra na reflexão empreendida pelos escolásticos medievais, sobretudo pelo seu maior ícone, Santo Tomás de Aquino (1225-1274)⁵. Para o aquinate, a economia era, na melhor das hipóteses, um tema marginal, secundário, pois suas preocupações primordiais se relacionavam, basicamente, à realidade sobrenatural, metafísica, menosprezando os demais assuntos. Esta tendência também pode ser verificada em Santo Agostinho (354-430), cuja doutrina “atinge o ponto extremo de desinteresse da doutrina oficial da Igreja pela vida econômica” (Vervier e Vos, 1997, p. 54); segundo Herman Vos⁶ e Jacques Vervier⁷, Agostinho tinha um profundo “desprezo para com este mundo, lugar de desterro e castigo” (Vervier e Vos, 1997, p. 55), por essa razão, a vida de todo cristão deveria possuir uma lógica religiosa; no caso, trata-se da tradicional

⁴ Na realidade, até o século XIX não se pode falar em um pensamento econômico católico propriamente dito, mas, tendo em vista que este possui origens no pensamento escolástico e na chamada segunda escolástica, utilizaremos o mesmo termo por falta de outro que defina melhor o conteúdo desta explanação.

⁵ A regra ortográfica determina que a maneira correta de chamá-lo é “São Tomás”, porém, a Igreja Católica tem como tradição tratá-lo, excepcionalmente, de “Santo Tomás”, para dar destaque a sua personalidade, o que decidimos manter.

⁶ Herman Isidor Maria Vos é Doutor em Economia e Bacharel em Teologia pela Universidade de Lovaina, na Bélgica.

⁷ Jacques Vervier é Mestre em Economia e Bacharel em Teologia pela Universidade de Louvain-la-Neuve.

dialética agostiniana entre a “Cidade de Deus” e a “Cidade dos Homens”. Mas Santo Agostinho não foi a única referência para Santo Tomás neste campo, pois também podemos verificar a influência do pensamento aristotélico:

Aristóteles ancora a economia firmemente em seu sistema ético. O econômico fica subordinado ao político e à moral. No mundo aristotélico o viver bem (*eudaimonia*) tem prioridade sobre a acumulação. A harmonia e a coesão sócio-política são garantidas pela justiça. O modelo preconiza a troca com preços normais ou justos. Este paradigma irá fecundar o pensamento econômico no mundo islâmico, e, no Ocidente, inspirar os escolásticos nas suas análises econômicas. (Vervier e Vos, 1997, p. 86)

As duas principais fontes tomistas, portanto, dão a tonalidade do pensamento econômico escolástico e a espinha dorsal do futuro pensamento econômico católico, ou seja, a prioridade do espiritual sobre o material, e a importância da ética para a economia.

A partir destas e outras fontes, Tomás de Aquino não se atreveu a destoar de seus mestres, e igualmente menosprezou a análise econômica, embora sem ignorá-la totalmente. Nesse sentido, Schumpeter observou:

Constatamos [está se referindo ao século XIII] apenas pequenas indicações – um pouco de sociologia, menos ainda de economia. Tal estado de coisas era, em parte, devido à falta de interesse. Santo Tomás, em particular, interessava-se realmente por sociologia política, mas todas as questões econômicas tomadas em seu conjunto representavam menos para ele que o menos importante ponto de doutrina teológica ou filosófica; além disto, ele as considerava somente na medida em que o fenômeno econômico originasse questões de teologia ou moral. (Schumpeter, 1964, p. 122)

E ainda:

Os doutores escolásticos não estabeleceram qualquer teoria do aspecto físico da produção (capital real) (...). Muito menos possuíam qualquer teoria integrada da distribuição, quer dizer, não conseguiram aplicar seu sistema primitivo de oferta e procura ao processo de formação da renda como um todo. (Schumpeter, 1964, p. 131)

A escolástica, portanto, manifestou certa preocupação para com a economia, mas enquanto um subtema relativo à moral, tecendo um vínculo, por séculos inseparável, entre economia e ética. Embora esse súbito interesse pela economia tenha sido relativamente superficial, devemos admitir que ele existiu e fez parte das reflexões teológicas, sobretudo entre os séculos XIII e XIV. Esta constatação pode levantar a seguinte questão: Por que nesse período? O que mudou na Europa medieval para que os teólogos passassem a se preocupar com economia?

A Universidade de Paris, sob forte influência tomista, gerou grandes pensadores sobre o assunto. Contemporâneo a Santo Tomás, e um dos primeiros a promover a discussão das suas teses, temos, por exemplo, o teólogo franciscano Pierre de Jean Olivi (1248-1298), o qual criou a Teoria do Valor Subjetivo⁸ no seu *Tractatus de contractibus* (1295); até hoje a teoria serve de base para os economistas austríacos. No século XIV, Jean Buridan (1300-1358) e Nicole d'Oresme (1325-1382) fizeram reflexões profundas sobre a origem do dinheiro, a teoria monetária e a inflação, temas retomados posteriormente pela Segunda Escolástica. Por que estes teólogos sentiram necessidade de pensar melhor sobre esses tópicos no período em que a economia sequer fora valorizada por Tomás de Aquino? Acreditamos que a resposta esteja no contexto histórico da revolução comercial e urbana que marcou a Idade Média entre os séculos XI e XIII.

O desenvolvimento europeu dos séculos XI a XIII⁹

Durante a Alta Idade Média, sobretudo a partir do século VIII, a economia europeia permaneceu fechada, agrária e praticamente imóvel. Esse foi o resultado de diversos fatores externos e internos. Segundo Henri Pirenne, como fator externo pode-se citar a expansão islâmica e o fechamento do mediterrâneo pela pirataria muçulmana, o que isolou a Europa do comércio com o norte da África e com o Oriente Médio, salvo algumas linhas do comércio marítimo, ainda mantidas entre Constantinopla e o norte da Itália, além das trocas comerciais no Mar do Norte. Porém, igualmente, havia fatores internos que forçavam esta situação. Segundo Jacques Le Goff:

A fraqueza das técnicas de produção reforçada pelos hábitos mentais condenava a economia medieval à estagnação; a satisfazer apenas a subsistência, e os gastos com produtos de luxo de uma minoria. Os obstáculos ao crescimento econômico provinham sobretudo do regime feudal, ao qual o baixo nível tecnológico estava subordinado. O sistema feudal baseia-se na apropriação pela classe senhorial – eclesiástica e laica – de todo o excedente da produção rural fornecida pela massa camponesa. Em tais condições de exploração os camponeses ficam sem meios

⁸ A teoria, basicamente, defende que o valor de um determinado produto não se encontra em si mesmo, mas sim na mente de quem vai adquiri-lo, portanto não está relacionado ao trabalho dedicado a sua produção.

⁹ Cf. BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal*. Trad.: Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2009. p. 107.

de contribuir para o progresso econômico. (Le Goff, 2005, p. 223)

O autor cita, ainda, um conjunto de “hábitos mentais” que contribuíam para que a economia do período se mantivesse estagnada e presa ao campo, de modo que a terra fosse “a única fonte de subsistência e a única condição da riqueza” (Pirenne, 1965, p. 13). Mas qual era a origem de tais “hábitos” que impregnavam o regime feudal? Certamente, se havia algum poder intelectual, material e espiritual capaz de dar certa coesão sociocultural à Europa da Idade Média, sem dúvida, este estava nas mãos da Igreja Católica, e esta instituição, muito sensível às mudanças, na verdade, nunca esteve disposta a abdicar do seu *status quo*, tendo em vista a força que o regime feudal lhe proporcionava.

A Igreja, como se sabe, não era apenas a maior força moral e espiritual da Idade Média, mas também era a maior potência territorial. Segundo Jérôme Baschet:

Desde o século VIII, a Igreja possui cerca de um terço das terras cultivadas na França, porcentagem que continua idêntica no século XIII. Na Inglaterra, a Igreja concentra um quarto das terras em 1066 e 31% em 1279. Sem multiplicar ainda mais os números, pode-se reter que, segundo os lugares e as épocas, a Igreja em geral possui entre um quarto e um terço das terras. (Baschet, 2009, p. 173)

Esse enriquecimento teria se iniciado ainda no Império Romano, depois que o cristianismo se tornara sua religião oficial (380), e os fiéis podiam, sem entraves jurídicos ou riscos de confisco, deixar seus bens de herança à Igreja local:

O poder material da Igreja repousa, em primeiro lugar, sobre uma excepcional capacidade de acumulação de terras e de bens. O processo inicia-se desde o século IV, quando os cristãos começam a fazer doações à Igreja, especialmente nas vésperas do trespasse, a fim de assegurar a salvação de suas almas no além. Este fenômeno prolonga-se durante a Idade Média e as doações piedosas que os príncipes e os senhores fazem aos monastérios são particularmente abundantes no decorrer dos séculos XI e XII. (Baschet, 2009, p. 171)

O modelo feudal garantia a posse e a obrigatoriedade do trabalho servil nas terras da Igreja e o prestígio espiritual. Mesmo com as instabilidades geradas pelas guerras e revoltas de camponeses, a situação eclesial não sofria abalos significativos, mas a partir do século XI a situação começaria, lentamente, a mudar.

Entre os séculos XI e XIII, a Europa passaria por uma revolução comercial e urbana. As razões para esse desenvolvimento ainda não são claras para a historiografia, o que leva a concluir que este não pode ser explicado de maneira simplista, ou por um pequeno apanhado de fatores. Não é o nosso objetivo analisá-los; poderíamos, entretanto, listar alguns, como o efeito das cruzadas, as quais levaram ao colapso o domínio muçulmano sobre o mediterrâneo, a contribuição das ordens monásticas no desenvolvimento de técnicas agrícolas, o aumento populacional, etc.; provavelmente este desenvolvimento se deu pela soma destes e de muitos outros fatores, mas o essencial a registrar foi que as cidades europeias tiveram um crescimento expressivo nesse período, bem como sua atividade comercial. Estas mudanças começaram a alterar o quadro social medieval.

Assim, anteriormente as cidades dispunham apenas de um núcleo administrativo, autoridades jurídicas e eclesiásticas, e oficinas de artesãos, necessitando, portanto, de um mínimo de habitantes. Com o reaquecimento do comércio marítimo, o espaço urbano mudou de figura, assinalando ascensão da burguesia. As mudanças trouxeram benefícios para o clero, como a contribuição financeira de confrarias formadas pelos burgueses, aumento do número de batismos, casamentos, funerais, rendas provenientes dos lotes arrendados etc. Entretanto, essa situação também gerou inconvenientes, tais como:

Os bispos tiveram de lutar para manter intactos, em presença dos recém-chegados, os seus direitos de justiça e os seus direitos senhoriais. Os mosteiros e os cabidos viam-se obrigados a deixar que se construíssem casas nos seus campos e nas suas 'culturas'. O regime patriarcal e senhorial a que a Igreja estava acostumada encontrou-se subitamente a braços com reivindicações e necessidades inesperadas, para que daí não resultasse de início um período de mal-estar e insegurança. (Pirenne, 1964, p. 129)

Também resultou que, a partir do século XI, as abadias raramente se estabeleciam em regiões urbanas. Os monges não se acostumaram à dinâmica das cidades e se retiraram para o campo, servindo de exemplo e modelo de vida apresentado pela Igreja aos leigos. Essa situação somente mudou, em partes, após a fundação das ordens mendicantes, predominantemente urbanas.

Ao longo do século XII, graças ao crescimento do comércio e às suas necessidades inerentes, os burgueses, habitantes das cidades, passaram a gozar de um *status* jurídico diferenciado, pois, não era possível estar sob o julgo da servidão e, ao mesmo tempo, sustentar a dinâmica comercial, sendo esta forçosamente móvel. Neste sentido: “a liberdade transforma-se em condição jurídica da burguesia, em tal grau que não é somente um privilégio pessoal, mas um privilégio territorial inerente ao solo urbano, da mesma forma que a servidão é inerente ao solo senhorial.” (Pirenne, 1965, p. 57)

É notório que, nesta dinâmica, enquanto os príncipes leigos assumiram uma postura benevolente com a burguesia, que lhes dava enormes vantagens financeiras, os feudos eclesiásticos relutaram:

[Os príncipes eclesiásticos], em sua maioria, opuseram ao movimento municipal, uma resistência que, às vezes, chegou até à luta aberta. A obrigação que tinham os bispos de residir em suas cidades, centros de administração diocesana, devia necessariamente impeli-los a conservar, nas mesmas, o poder e opor-se, tanto mais resolutamente às tendências da burguesia quanto estas eram provocadas e dirigidas pelos mercadores, a quem a Igreja encarava com receio. (Pirenne, 1965, p. 61)

Esta “invasão” do espaço urbano motivada pelo aquecimento do comércio interno e externo, fez com que a Igreja desenvolvesse uma aversão, nunca superada, pelas práticas comerciais e especulativas, e isto passou a marcar o pensamento econômico católico:

[Para a Igreja] todas as espécies de especulação se lhe afiguravam um pecado. E esta severidade não tem por causa única a estrita interpretação da moral cristã. Parece que é preciso atribuí-la também às condições de existência da Igreja. A sua subsistência, com efeito, dependia exclusivamente da organização feudal, que vimos quanto era estranha à ideia de especulações e lucro. Se juntarmos a isto o ideal de pobreza que o misticismo cluniano apontava ao fervor religioso, compreender-se-á sem custo a atitude desconfiada e hostil com que acolheu o renascimento comercial que foi para a Igreja um objeto de escândalo e de inquietações. (Pirenne, 1964, p. 98-99)

Esta indisposição para com o comércio remonta aos princípios do cristianismo, mas foi nesse período que a hostilidade entre o espírito cristão e a necessidade das trocas comerciais se chocaram de maneira mais evidente e até mesmo violenta.

A moral do trabalho também foi um fator para esta aversão. O trabalho deveria ser responsável pela manutenção da vida humana tal qual ela estava constituída, portanto o enriquecimento e o progresso estariam fora dos objetivos fundamentais de qualquer ofício. A esse respeito, Le Goff apontou:

O trabalho não tem por fim o progresso econômico, nem o individual e nem o coletivo. Ao lado de fins religiosos e morais – evitar a ociosidade, que é a porta aberta ao Diabo, fazer penitência, humilhar o corpo –, comporta fins econômicos: assegurar a sua subsistência e a dos pobres, incapazes de consegui-la. São Tomás de Aquino diz na Suma Teológica: “O trabalho tem quatro finalidades. Primeiramente, e acima de tudo, deve assegurar o viver; segundo, deve fazer desaparecer a ociosidade, fonte de muitos males; terceiro, deve refrear a concupiscência, mortificando o corpo; quarto, ele permite dar esmolas...(...). Todo cálculo econômico que ia além do previsto como necessário era severamente condenado. (Le Goff, 2005, p. 219)

Sendo o fundamento da atividade comercial o maior lucro possível, comprando mais barato e vendendo mais caro, o comércio em si era um trabalho condenável, ainda mais por não estar submetido aos laços de vassalagem feudal. O comerciante muitas vezes era o estrangeiro, o “estranho”, aquele que não tinha jurado fidelidade a um senhor, e que, portanto, não se poderia confiar. A agricultura era o oposto, o camponês era despojado dos seus excedentes através das obrigações feudais, estava submetido à condição de servo, preso à terra, distante dos centros urbanos, e, por esse motivo, oferecia poucos riscos às autoridades locais, em geral situadas na cidade. De fato, a atividade comercial representava a ruptura das bases do regime feudal, ou seja, das bases do poder eclesial.

Ao crescimento do comércio, outro elemento “pernicioso”, segundo a Igreja, e fundamental às trocas comerciais veio se juntar, o dinheiro. A cunhagem de moedas de ouro e prata aumentou, consideravelmente, à medida que o comércio se expandia:

Desde então, o comércio do dinheiro detém um lugar importante entre as atividades dos centros mercantis: troca de peças estrangeiras, empréstimos a juros mais ou menos camuflado para evitar as proibições eclesiásticas contra a usura. Os cambistas, instalados frequentemente atrás de bancos estabelecidos na praça pública, como também os grandes mercadores, tornam-se sem tardança banqueiros que aceitam depósitos, abrem livros contábeis e efetuam, com uma simples ordem verbal, transferências de contas para seus clientes. (Heers, 1981, p. 124)

As críticas do clero não demoraram a surgir, já que o dinheiro era o meio *sine qua non* para o progresso de toda a atividade comercial, e para o próprio desenvolvimento econômico, sendo que ambas as atividades eram dependentes da capacidade de acumulação dos mercadores. A Igreja, como de costume, também se beneficiou largamente do aumento da cunhagem de moedas, mas frente à sociedade, por ter um papel moral a cumprir, não economizou críticas, conforme observou Le Goff:

O avanço de uma economia monetária provocou, pelo contrário, uma explosão de ódio contra o dinheiro. É verdade que, ao começar, o progresso econômico se fez em benefício de certas classes, aparecendo conseqüentemente como uma nova forma de opressão. São Bernardo clama contra o dinheiro maldito. A grande beneficiária dessa evolução em seu começo, a Igreja, que, por meio do desenvolvimento de receitas eventuais de requisições, da fiscalidade eclesiástica, pôde rapidamente captar uma parte do dinheiro em circulação, foi denunciada por sua *avaritia*, por sua cupidez. (Le Goff, 2005, p. 250)

O efeito da pregação das ordens religiosas, principalmente as ordens mendicantes, fez com que os interesses da instituição eclesiástica ficassem divididos. As ordens, de caráter mais espiritualista, apontavam as falhas morais do comércio, da presença da burguesia nas cidades e do dinheiro, enquanto a paróquia, a diocese e os feudos eclesiásticos, de maneira geral, se beneficiavam com estas mudanças, apesar do incômodo que geravam. Por um lado, o poder eclesial não podia ignorar a denúncia moral promovida pelas ordens, por outro não podia deixar de se beneficiar da nova dinâmica social, e mesmo que quisesse impedir as transformações geradas pela nova urbanização não teria sucesso. A solução adotada situou-se em uma postura intermediária, procurando impedir que a burguesia agisse livremente, mas, ao mesmo tempo, fazendo concessões. Como, por exemplo, franqueando a possibilidade do comerciante se salvar:

A Igreja exigia dos fiéis, especialmente dos mercadores que, para assegurar um lugar no céu por ocasião de sua morte, ao menos restituíssem os valores que tinham recebido indevidamente por usura ou qualquer outra forma de exação. Esta fórmula figurava, portanto, entre as últimas vontades dos defuntos, mas raramente era seguida na prática. (Le Goff, 2005, p. 292)

Esse processo histórico de abertura comercial e urbanização da Europa acabou por moldar a mentalidade da Igreja no sentido econômico. A instituição eclesial precisou refletir, através do único meio de que dispunha, a teologia, sobre o que seria condenável, tolerável ou ideal, e isto estava ligado à

sua própria existência e manutenção do seu poder¹⁰. Com o passar dos séculos, a Igreja evidentemente teve que se adaptar às outras diversas mudanças ocorridas até a nossa época, mas sabemos que as adaptações não só foram excessivamente condicionadas, como frequentemente temporárias, pois, a instituição nunca se desvencilhou completamente de seu passado medieval, certamente a era de ouro do catolicismo no Ocidente Europeu.

Toda a análise da teoria econômica medieval perpassou o tema da moral, da chamada “ética paternalista cristã”¹¹, e esta relação gerou, na doutrina católica, um profundo sentimento anticapitalista, característica do pensamento econômico da Igreja até a atualidade. O surgimento, e posterior desenvolvimento do capitalismo, se deu apesar da Igreja Católica, ou mesmo, como Amintore Fanfani (1908-1999) apontou: contribuiu de forma acidental para isso¹², uma vez incapaz de prever os resultados de determinadas ações ocorridas¹³. Esta aversão católica ao “espírito capitalista” pode ser verificada, principalmente, em duas reflexões críticas feitas pelos pensadores escolásticos, a saber: a condenação da usura e o desprezo pelo espírito comercial de tendência individualista. Por questões práticas analisaremos as duas separadamente.

¹⁰ A necessidade desta reflexão se estenderá ao longo dos séculos até chegar aos dias atuais. A Igreja, através da teologia e das intervenções que o Magistério realiza por meio das encíclicas, ainda indica quais hábitos político-econômicos são aceitáveis ou não pela instituição.

¹¹ Cf. HUNT, Emery Kay; SHERMAN, Howard Jay. *História do Pensamento Econômico*. Trad.: Jaime Larry Benchimol. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013.

¹² Fanfani argumentou que, se o capitalismo prosperou em países protestantes, antes da Reforma ele nasceu em países católicos. A intenção do autor é, sobretudo, criticar as teorias de Max Weber, elaboradas na sua “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, por isso a tentativa de aproximar o capitalismo do catolicismo.

¹³ “O catolicismo aplanou a estrada para a grande aspiração capitalista, mantendo a unidade de fé até o século XVI; procurando consolidar a unidade política apoiando o nascente e próspero Sacro Romano Império do Ocidente na Idade Média; conquistando para a Europa mercados perdidos e a unidade mediterrânica na época das Cruzadas; facilitando o progressivo desenvolvimento do colonialismo com as Missões na época moderna.” (Fanfani, 1976, p. 79).

A Condenação da Usura

A maior preocupação da teologia católica quanto à economia não era pelo seu funcionamento ou eficiência, mas sim pela procura de justiça nas trocas econômicas, ou seja, a questão do preço justo, do monopólio, da moeda, dos juros etc. O Prof. Dr. Luís Corrêa Lima observou:

A questão fundamental para eles [escolásticos] não é o equilíbrio do sistema econômico, mas a justiça na sociedade, incluindo as relações de troca. O princípio de sua doutrina é determinar as normas de equidade que devem governar as relações sociais e econômicas. Estas normas são reguladas pela justiça distributiva e pela justiça comutativa, como explica Santo Tomás. (Lima, 2001, p. 68)

Entre essas preocupações, a maior delas era a usura, prática muito comum durante a Idade Média, embora constantemente condenada pelas autoridades eclesiásticas. Os contos medievais costumavam falar sobre as penas sofridas pelos usurários no Inferno, postura que gerou, em diversos lugares, a aprovação de leis contra essa prática¹⁴. Duas fontes justificam a ojeriza causada pela usura nos medievais, a primeira é a própria Bíblia, onde a usura é condenada em várias passagens¹⁵, e a outra é a reflexão filosófica dos escolásticos. Segundo o pensamento da época, não seria correto cobrar juros sobre os empréstimos. Lima resumiu a reflexão medieval da seguinte forma:

¹⁴ Um exemplo destes contos foi narrado por Jacques de Vitry, teólogo e cardeal francês do século XIII: "Ouví contar de um usurário que, nos sofrimentos de sua última doença, não querendo de maneira alguma abandonar seu dinheiro, chamou a mulher e os filhos e os fez jurar que cumpririam suas vontades. Ordenou-lhes sob juramento que dividissem seu dinheiro em três partes com uma das quais a esposa poderia se casar novamente, a outra para seus filhos e filhas. Quanto à terceira, eles a deveriam colocar numa pequena bolsa que atariam em volta de seu pescoço e a sepultariam com ele. Como ele tivesse sido enterrado com uma enorme soma de dinheiro, os familiares quiseram recuperá-lo de noite, abriram o túmulo e viram os demônios introduzindo na boca do usurário essas moedas de prata metamorfoseadas em carvão ardente. Aterrorizados, eles fugiram". Conf.: LE GOFF, Jacques. *A Bolsa e a Vida*. Trad.: Rogério Silveira Muioio. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004. p. 31.

¹⁵ "Se emprestares dinheiro a alguém do meu povo, ao pobre que está contigo, não lhe serás como um credor: não lhe exigirás juros". Ex. 22, 25. "Se teu irmão se tornar pobre junto de ti, e as suas mãos se enfraquecerem, sustentá-lo-ás, mesmo que se trate de um estrangeiro ou de um hóspede, a fim de que ele viva contigo. Não receberás dele juros nem ganho; mas temerás o teu Deus, para que o teu irmão viva contigo. Não lhe emprestarás com juros o teu dinheiro, e não lhe darás os teus víveres por amor ao lucro". Lv. 25, 35-37. "Não empresta dinheiro com usura, nem recebe presente para condenar o inocente. Aquele que assim proceder jamais será abalado". Sl. 14, 5. Citamos apenas três passagens, mas elas se proliferam ao longo do texto bíblico, sobretudo do Velho Testamento. A versão que utilizamos é da Bíblia Ave Maria.

O tempo opõe-se à eternidade, ausência de tempo. Na eternidade, em Deus, todos os momentos são simultâneos. Ciosos de precisar a natureza do tempo e o seu conceito, os escolásticos afirmavam que o tempo é um fator acausal e absolutamente passivo. O tempo por si não altera as coisas. O que pode alterar as coisas são fatores que agem no tempo. Um empréstimo não pode ter o seu valor alterado pelo mero transcorrer do tempo. O dinheiro é estéril. Esta é a sua natureza. Uma ovelha dá à luz outra ovelha, mas dinheiro não dá à luz dinheiro. (...). Aumentar o valor de uma dívida pelo tempo transcorrido é contra a natureza das coisas e, portanto, imoral. (Lima, 2001, p. 73)

Jacques Le Goff analisou o fenômeno da usura na Idade Média e como a Igreja lidou com a questão. Le Goff fez uma diferenciação importante entre os termos “usura”, “lucro” e “juro”, definindo que a usura “não é, portanto, a cobrança de qualquer juro. Usura e juro não são sinônimos, nem usura e lucro: a usura intervém onde não há produção ou transformação material de bens concretos”. (Le Goff, 1989, p. 18). A natureza improdutiva da usura causou uma preocupação real da Igreja e das autoridades feudais, sobretudo no século XIII, pois muitos pararam suas atividades produtivas para praticar o empréstimo de dinheiro a juros. Os teólogos do período o associaram ao roubo, portanto “a usura é mais do que um crime, é um pecado” (Le Goff, 2001, p. 27). Le Goff citou a reflexão de Tomás de Aquino sobre o assunto: “Produzir dinheiro com dinheiro, fazer o dinheiro trabalhar sem o menor intervalo, sem levar em consideração as leis naturais fixadas por Deus, não é um pecado contra a natureza?” (Le Goff, 2001, p. 31).

Um dos motivos que levou a Igreja a ver o comércio com desconfiança foi o fenômeno das feiras. Nestas ocasiões, comerciantes de várias regiões se reuniam em uma cidade para comprar e vender, obtendo o maior lucro possível. A realização das feiras passou a interessar boa parte da nobreza local, e por isso recebeu algumas vantagens. Segundo Pirenne, a mais valiosa delas era a “suspensão da proibição canônica da usura, isto é, do empréstimo com juros e a fixação, para este, de uma taxa máxima” (Pirenne, 1965, p. 106). Para evitar esse tipo de prática, muitos mosteiros passaram a emprestar dinheiro aos camponeses sem cobrar juros. Embora houvesse clérigos que o faziam mediante cobrança, muitos decidiram dar o exemplo, o que tornou a Igreja

uma das maiores credoras do período, contribuindo de forma positiva em certos aspectos:

A Igreja foi a indispensável emprestadora daquela época. (...) Ao proibir a usura por motivo religioso, a Igreja prestou assinalado serviço à sociedade agrícola medieval. Protegeu-a contra a praga das dívidas alimentícias que afetou tão dolorosamente a Antiguidade. (Pirenne, 1965, p. 125-126)

As críticas da Igreja à esta prática não surtiram o efeito esperado. Não podemos, contudo, concluir que os usurários desprezassem as admoestações do clero, tratava-se mais de “imprevidência” do que “impenitência” dos fiéis. A tensão gerada por este impasse entre as autoridades eclesiásticas e a sociedade, se por um lado não barrou o crescimento e a acumulação, por outro conseguiu “retardar o desenvolvimento de um novo sistema econômico” (Le Goff, 1989, p. 69). Le Goff acreditava que o nascimento da doutrina do Purgatório, durante esse mesmo período, estaria ligado a uma tentativa da Igreja de suavizar a perseguição aos usurários, sem, no entanto, prescindir de sua doutrina oficial. O Purgatório, local onde as almas, salvas, seriam purificadas dos pecados veniais que não foram perdoados em vida, transformou-se em um consolo aos usurários que agiam de forma moderada. Le Goff concluiu que: “A esperança de escapar ao Inferno, graças ao Purgatório, permite ao usurário fazer avançar a economia e a sociedade do século XIII em direção ao capitalismo” (Le Goff, 1989, p. 90). A questão da usura nunca desaparecerá por completo do discurso eclesial.

O desprezo pelo espírito comercial individualista

A Igreja medieval olhava as trocas comerciais com extrema desconfiança, a figura do mercador não expressava a piedade do camponês ou do artesão, e a tendência dessa classe de trabalhadores a recorrer aos usurários, ou mesmo, como era costume, ser o próprio praticante da usura, deixava a hierarquia em constante estado de suspeita. Henri Pirenne escreveu:

A Igreja continuou considerando [até fins da Idade Média] os lucros comerciais como perigosos para a salvação da alma. Seu ideal ascético, que correspondia tão plenamente à civilização agrícola, conservou-a sempre desconfiada e receosa, em face de transformações sociais que, além disso, lhe era impossível evitar e às quais só por necessidade teve que se submeter, porém com nenhuma delas jamais se reconciliou francamente. (Pirenne, 1965, p. 19)

Segundo o autor, o poder que o clero exibia no campo, ou nas corporações que controlava, não se verificava no meio comercial, neste a Igreja não encontrava a fecundidade da ideia de que o trabalho não deveria conduzir à riqueza, mas sim a simples manutenção da vida biológica até que esta se esgotasse. Mas, “no meio da população comercial e industrial que o rodeia [clero], seu papel, do ponto de vista econômico, é simplesmente o de consumidor” (Pirenne, 1965, p. 176), fato que retirava das mãos da Igreja o controle da vida comercial.

O historiador britânico Hugh Trevor-Roper (1914-2003), considerando que a Europa medieval já era capitalista, procurou explicar por que muitos empresários deixaram seus países originários, católicos, e migraram para países protestantes no século XVI; ele chegou à conclusão de que a procura de explicações deveria se localizar “não tanto no protestantismo e nos empresários expulsos, como no catolicismo e nas sociedades que procederam a essa expulsão” (Trevor-Roper, 1972, p. 32), pois via na sociedade eclesial “não uma sociedade mercantil, mas uma sociedade de funcionários” (Trevor-Roper, 1972, p. 37), reforçando ainda que “Roma, com a sua burocracia clerical particularmente desenvolvida, seria sempre uma cidade não mercantil” (Trevor-Roper, 1972, p. 38). Trevor-Roper estava chamando a atenção para “o desprezo com que as populações encaravam a atividade e o espírito comercial” (Hunt e Sherman, 2013, p. 20), e como tal desprezo gerou, após a Reforma (1517), o êxodo de boa parte destes comerciantes em direção aos países protestantes. Segundo Emery Hunt (1937) e Howard Sherman (1931), o receio medieval das práticas comerciais e da acumulação de riquezas não era apenas uma preocupação eclesial, as sanções aplicadas ao comércio, como a imposição¹⁶ da doutrina do “justo preço”¹⁷, eram parte da resistência do próprio sistema feudal às mudanças:

Como nos dias de hoje, naqueles tempos, a acumulação de riquezas materiais implicava a acumulação de poder e facilitava a mobilidade social ascendente que teria, por fim, efeitos profundamente destrutivos para o sistema medieval, na medida

¹⁶ Realizada pelas guildas, cuja filiação era necessária a todos que quisessem produzir ou vender.

¹⁷ O qual deveria ser constituído apenas da soma do valor da matéria-prima com o da mão de obra empregada.

em que acabaria dissolvendo as relações de *status* que formavam a espinha dorsal da sociedade feudal. (Hunt e Sherman, 2013, p. 21)

Um dos maiores estudiosos do assunto, Max Weber (1864-1920), chegou às mesmas conclusões na sua “História Geral da Economia”, onde observou que

A ética da moral econômica da Igreja encontra-se sintetizada na ideia (...) que se tem do mercador: *homo mercator vix aut nunquam potest Deo placere*: pode negociar sem incorrer em pecado, mas nem assim será agradável a Deus. (...). A aversão profunda da época católica e, mais tarde, da luterana, no que se relaciona a todo incentivo capitalista, apoia-se, particularmente, no ódio ao impessoal das relações dentro da economia capitalista. Esta impessoalidade subtrai determinadas relações humanas à influência da Igreja, e exclui a possibilidade de ser vigiada e inspirada eticamente, ser regulada de um modo direto. (Weber, 2006, p. 323)

Em resumo, a Igreja sentia a necessidade de regular as relações humanas nos mínimos detalhes, e tudo o que fugisse, de alguma forma, desse controle, tornava-se uma ameaça e, por extensão, alvo de críticas, e em determinados casos de perseguição sumária. A vida do comerciante e o acúmulo de riquezas passaram a ser vistos, na Baixa Idade Média, como verdadeiras ameaças ao sistema feudal e à manutenção dos privilégios clericais.

O interesse da Igreja medieval pela economia se restringiu ao desejo de controlá-la, através das guildas e corporações de ofício, dando origem ao primeiro modelo corporativo prático de sucesso, como apontou o Prof. Sergio Noto (1959)¹⁸:

O verdadeiro triunfo do corporativismo ocorreu nos tempos medievais, tanto que a recuperação econômica que ocorreu nos séculos XII e XIII coincide com os primeiros exemplos de corporativismo medieval e cristão. A combinação de alguns elementos (entre os quais a visão predominantemente religiosa do mundo), a falta de poder no governo e a taxa relativamente baixa de trocas econômicas beneficiaram o desenvolvimento de uma prática corporativista econômica. (...). O corporativismo cristão medieval é uma forma de organização cujos principais objetivos eram religiosos. Abrange aspectos prático-institucionais e tem um arcabouço teórico muito sólido, baseado em uma visão orgânica da sociedade e na teoria do *bonum commune*.¹⁹ (Noto, 2016, p. 85)

¹⁸ Professor de História Econômica da Universidade de Verona.

¹⁹ Texto original: “The real triumph of corporatism occurred in medieval times, so much so that the economic recovery that took place in the 12th and 13th centuries coincides with the first examples of Medieval and Christian corporatism. The combination of some elements (among which, the predominantly religious view of the world), the lack of power in the government and the relatively low rate of economic exchanges all benefited the development of an economic corporatist practice. (...). Medieval Christian corporatism is a form of

O pensamento escolástico do século XIII, no mesmo sentido, preocupou-se em cuidar para que a eficiência econômica não se sobrepusesse à salvação das almas, refletindo sobre as práticas que estariam ou não de acordo com as leis divinas e naturais, tendo como base a Bíblia e as reflexões de mestres da época como Santo Tomás de Aquino.

A Segunda Escolástica

No século XV, a escolástica entrou em um período de decadência, as discussões se tornaram estéreis e perderam o brilho que tiveram no século anterior. Entretanto, o pensamento escolástico passou por um revigoramento no século XVI, foi a chamada “segunda escolástica”, da qual os maiores pensadores estavam vinculados à Escola de Salamanca, e provinham ou da Ordem dos Dominicanos²⁰, ou da recém fundada Companhia de Jesus²¹.

O século XVI foi um período atribulado e ao mesmo tempo intenso e revelador. A América foi conquistada, notícias dos seus povos nativos chegavam à Europa e eram acolhidas com grande interesse. No mesmo período, a Reforma Protestante teve um efeito incendiário em todo o continente, levando países inteiros à conversão, ou ao início da repressão às novas religiões. A Igreja reagiu mandando missionários para o Novo Mundo, aprovou a criação da Companhia de Jesus (1540), convocou o Concílio de Trento (1542), entre outras medidas.

O comércio de longa distância se desenvolveu rapidamente, e o fluxo de metais preciosos, provenientes das colônias americanas, permitiu um acúmulo de capitais inimaginável até aquele período. A Igreja se encontrava em uma situação tensa, e tinha que responder às novas doutrinas, bem como às novas práticas comerciais:

organisation the main objectives of which were religious. It encompassed practical-institutional aspects and had a very solid theoretical framework, which was based on an organic vision of society and on the theory of *bonum commune*.”

²⁰ A presença dessas duas ordens gerou duas correntes diferentes na Escola de Salamanca, a dos dominicanos, mais próxima da doutrina tomista, e a dos jesuítas, mais autônoma desta. Os teólogos jesuítas predominaram sobre os dominicanos, e deram o tom do novo pensamento escolástico. Em relação às ideias anteriores, podemos perceber que a economia recebeu mais liberdade tanto da teologia quanto do Estado.

²¹ Entre os seus principais teóricos podemos destacar: Francisco de Vitória (1480-1546), Diego de Covarrubias y Leyva (1512-1577), Luís de Molina (1535-1601), Francisco Suarez (1548-1617) e Gabriel Vásquez (1549-1604).

Os párocos e demais padres confessores veem-se diante de novos problemas trazidos pelo capitalismo nascente, os quais devem ter uma resposta e uma orientação da parte da Igreja. Os teólogos viram-se na obrigação de tratar das novas questões econômicas suscitadas, desenvolver a doutrina e produzir uma literatura especializada para os confessores. Assim nasceram os grandes manuais de moral teórico-práticos, muito numerosos depois do Concílio de Trento. (Lima, 2001, p. 80)

O receio dos comerciantes de incorrerem em pecado durante as suas atividades, e a preocupação da Igreja Católica, fez com que surgissem centenas de manuais que orientavam as práticas comerciais dentro da moral cristã. Foi o zelo religioso que fez com que uma série de grandes teólogos, sobretudo vinculados à Universidade de Salamanca e Alcalá, produzissem ricas reflexões sobre o pensamento econômico, tendo sempre como base os escolásticos do século XIII. A chamada Escola de Salamanca “tratou da propriedade privada, do socorro dos pobres, dos impostos, do preço, do lucro, do câmbio, do sistema bancário e do crédito” (Lima, 2001, p. 80), temas de maior interesse da sociedade do século XVI.

Esses teólogos criaram verdadeiros tratados econômicos à luz da escolástica antiga, mas superando-a em muitos pontos. Podemos citar alguns exemplos:

1. O trabalho de Diego Covarrubias, bispo católico e ministro de Filipe II, apresentou à análise econômica austríaca a teoria do valor subjetivo²². Sua obra, “Tratado sobre a Moeda” (1604) foi citada por Carl Menger.
2. O raciocínio de Covarrubias foi seguido por Luis Saravia de la Calle, o qual formulou a tese de que o preço se dá pela relação entre oferta e procura, e não pelo custo.
3. Os salmantinos Luís de Molina (1535-1600) e Jerónimo Castillo de Bovadilla (1547-1605) desenvolveram a antiga teoria do “justo preço”²³, mas inserindo nesta a lei da oferta e da procura, e levando em consideração o papel da livre concorrência, com base em elementos como escassez, custo, mão de obra, etc.

²² Teoria que defende que o valor de uma determinada mercadoria não se encontra em si mesma, mas na mente de quem deseja adquiri-la.

²³ Tese também desenvolvida, originalmente, por Pierre de Jean Olivi.

4. Os jesuítas Juan de Salas (1553-1612) e Juan de Lugo (1583-1660) refletiram sobre a impossibilidade de uma intervenção positiva na economia por parte do Estado.

5. O também jesuíta Juan de Mariana (1536-1624), sem possuir ainda a palavra “inflação”, refletiu sobre ela em sua obra “Sobre a Alteração da Moeda” (1605), ao associar o aumento dos preços ao afluxo de metais preciosos, origem da teoria monetária moderna, e ao tratar da política desastrosa de desvalorização da moeda. E foi mais longe, pois concluiu que o rei não poderia cobrar impostos sem a autorização da população.

Além desses temas, é importante destacar que a questão da usura foi retomada, mas dessa vez com maior flexibilidade. Os lucros provenientes do câmbio foram vistos como legítimos, os teóricos salmantinos concluíram que os cambistas que trabalhavam trocando moedas de valores diferentes precisavam se deslocar para obter tais moedas, justificando e legitimando através desse esforço a obtenção de tais lucros, esta é origem da teoria da paridade do poder de compra²⁴, frequentemente associada ao século XIX.

A Escola de Salamanca, com tais inovações, diminuiu a necessidade regulatória do Estado sobre as práticas comerciais, estimulando as futuras teorias que consideravam a interferência do Estado na economia como negativa. No entanto, com o passar do tempo e com o desenvolvimento de uma ciência econômica autônoma, desvinculada da moral religiosa, os economistas-teólogos espanhóis foram paulatinamente preteridos:

Na época contemporânea, a economia escolástica espanhola era desconhecida apesar da importância que teve. Mesmo dentro da Espanha, poucos a conheciam ou imaginavam o seu pioneirismo. Uma das razões é que a partir do século XVII outras correntes de pensamento tomam o lugar da escolástica: mercantilistas, jusnaturalistas, iluministas e liberais. Foi um movimento de secularização da sociedade, isto é, de autonomia em relação à religião. (...). A sociedade secularizada rompe com a hegemonia religiosa, busca novas formas de pensar e novas bases para

²⁴ A paridade do poder de compra (PPC) analisa o poder de compra de uma determinada moeda a nível internacional, pois cada país possui custos próprios de bens e serviços. Atualmente o parâmetro utilizado é o dólar, assim pode-se definir o nível de desenvolvimento e qualidade de vida em países com dinâmicas econômicas distintas. Essa teoria é frequentemente atribuída ao economista sueco Karl Gustav Cassel (1866-1945), mas no início do século XVII esta já era discutida em Salamanca.

fundamentar as relações sociais. Surge assim, a modernidade.
(Lima, 2001, p. 86)

O declínio do pensamento escolástico, na realidade, foi apenas aparente, suas teses continuaram válidas, “muitas vezes os jusnaturalistas e iluministas incorporavam ideias escolásticas, mas não citavam a fonte” (Lima, 2001, p. 87); foi graças a algumas obras fundamentais, como as de Schumpeter (1883-1950), Pierre Vilar (1906-2003) e Grice-Hutchinson (1908-2003), que a importância das contribuições dos salmantinos foi resgatada e valorizada.²⁵

As novas correntes da ciência econômica encontraram outras bases, opostas à ética católica. Poderíamos citar a ética protestante, a qual Weber interpretou como sendo “o berço do homem econômico moderno” (Weber, 2011, p. 135) e Marx classificou como “a ideologia do capitalismo, o epifenômeno religioso de um fenômeno econômico” (Trevor-Roper, 1972, p. 15), e o liberalismo burguês, preocupado com a eficiência e desvinculado da justiça:

A separação entre a economia e a ética tem as suas raízes nas características básicas da própria cultura moderna. Dois fenômenos desempenham junto a isto um papel decisivo. Em primeiro lugar a racionalidade científica e técnica conduz à mecanização da imagem do mundo pela qual forma-se uma ruptura entre a ciência e a ética. Em segundo lugar a exaltação da liberdade individual leva a uma subjetivação extrema da ética. Essas premissas da modernidade têm-se realizado de modo exemplar e radical no pensar e no agir econômico. (Vervier e Vos, 1997, p. 93)

A ética foi reduzida à teologia moral, enquanto a economia adquiriu sua independência da tutela religiosa: “A redução da teologia a mera ética é uma característica marcante do pensamento burguês” (Assmann e Hinkemart, 1989, p. 20); esta separação absoluta, ainda presente na mentalidade dos economistas, voltará a ser desafiada pelo pensamento católico apenas no século XIX, como veremos a seguir.

²⁵ Para mais informações sobre os economistas da segunda escolástica, também chamados de últimos escolásticos, conferir: WOODS, Thomas. *Como a Igreja Católica Construiu a Civilização Ocidental*. Trad.: Élcio Carillo. São Paulo: Ed. Quadrante, 2008, p. 145-158.

O Pensamento Econômico Católico

A segunda escolástica marcou o pensamento econômico do século XVI, mas à medida que a classe mercante se profissionalizava e enriquecia, distanciava-se da moral cristã que havia, até então, marcado as relações comerciais. Porém, no século XIX, a Igreja Católica estava diante de novos desafios, uma nova sociedade gerada pelas revoluções industrial e francesa. Não se tratava mais de uma sociedade de privilégios, as relações entre senhor e servo haviam se esfacelado em diversas regiões da Europa, o capitalismo liberal se desenvolvia com selvageria, o papel do Estado, bem como o seu tamanho, era questionado pela elite burguesa etc. A Igreja precisava pensar e dar novos significados à vida em sociedade, sem ignorar as mudanças operadas pelos acontecimentos do final do século XVIII. Ainda podemos citar dois elementos fundamentais para o surgimento desta nova corrente de pensamento:

1. A restauração da Companhia de Jesus (1814), que havia sido suprimida pelo Papa Clemente XIV através do breve apostólico *Dominus ac Redemptor* (1773).
2. A reabertura da Universidade Católica de Louvain (1834), a qual possuía uma cadeira de Economia Política, junto a outras antigas universidades católicas também restauradas por toda a Europa. O conjunto das reflexões sobre o tema realizado por teólogos católicos, sobretudo no interior das universidades restauradas, ficou conhecido como “pensamento econômico católico”²⁶.

O PEC²⁷ se desenvolveu na primeira metade do século XIX em duas vertentes. A primeira delas, predominante entre os anos de 1829 e 1850, considerava que a intervenção do Estado na economia não era recomendada; dois de seus representantes, Charles de Coux (1787-1864), da Universidade de Louvain, e Joseph Droz (1773-1850), membro da Academia Francesa, pensavam que: “A caridade conseguia resolver os problemas sociais, seja através da ação individual, seja das associações beneficentes, repudiando a

²⁶ A partir de agora faremos referência ao pensamento econômico católico através da sigla PEC.

²⁷ As informações apresentadas acerca dos pensadores dessa corrente foram retiradas da dissertação de mestrado do economista português Filipe Martins de Sousa Vales. Cf. VALES, Filipe Martins de Sousa. *Contributos para uma História do Pensamento Econômico Católico: O declínio e fim do projeto*. Porto, 2015. [Dissertação de Mestrado – Faculdade de Economia do Porto].

intervenção do Estado e reclamando maior liberdade de ação para a Igreja Católica” (Vales, 2015, p. 9). O economista belga, Charles Périn (1815-1905), também da Universidade de Louvain e discípulo de Coux, acreditava que os ricos deveriam agir, voluntariamente, em favor dos mais pobres, de forma que cada trabalhador deveria recorrer ao seu patrão para suprir as necessidades não suportadas pelos seus rendimentos. Trata-se de um resquício da cultura medieval de deduzir a assistência do senhor ao servo. Segundo Almodovar²⁸ e Teixeira:

Périn [junto a outros autores] personificava a oposição católica às perspectivas sociais e econômicas nutridas pelos chamados intervencionistas, católicos sociais ou socialistas cristãos. Eles acreditavam que a legislação social (não apenas a tentativa de estabelecer salários mínimos, mas também as iniciativas relativas a seguros compulsórios ou a limitação das horas de trabalho) era, de fato, um ataque à iniciativa privada, uma interferência do Estado na esfera privada e, por essa razão, ainda outro passo em direção ao socialismo.^{29 30} (Almodovar e Teixeira, 2014, p. 117)

Esta vertente do PEC foi responsável por revitalizar as ideias da segunda escolástica; anos depois, o economista austríaco, Carl Menger (1840-1921), se tornaria o fundador de uma nova escola de pensamento econômico, a Escola Austríaca, com a publicação do seu clássico “Princípios de Economia Política” em 1871. Menger citou, ao longo do trabalho, uma série de escolásticos da segunda geração, como o já citado Diego de Covarrubias e Juan de Mariana (1536-1624), devendo parte de suas ideias, e conseqüentemente das ideias da Escola Austríaca, ao pensamento católico. O economista espanhol Jesús Huerta de Soto (1956), estudioso das origens do pensamento da Escola Austríaca, da qual faz parte, observou:

Para Friedrich Hayek, os princípios teóricos da economia de mercado, assim como os elementos básicos do liberalismo econômico, não foram concebidos, como geralmente se acredita, pelos calvinistas e protestantes escoceses, sendo que, pelo contrário, são o resultado do esforço doutrinário empreendido

²⁸ António Manuel Martins Almodovar (1953-2016) orientou a dissertação citada de Filipe Vales.

²⁹ Texto original: “Périn personified the Catholic opposition to the social and economic perspectives nurtured by the so-called interventionists, social Catholics, or Christian socialists. They believed that social legislation (not just the attempt to establish minimum wages but also the initiatives regarding compulsory insurances or the limitation of the hours of work) was in fact an assault on private initiative, an interference of the state in the private sphere, and for that reason still another step toward socialism.”

³⁰ Note-se que no século XIX o liberalismo deixou de ser o único e principal inimigo do pensamento católico, o surgimento do socialismo colocou parte dos pensadores católicos na defensiva, como se pode notar na citação de Almodovar.

pelos dominicanos e jesuítas membros da Escola de Salamanca durante o século de ouro espanhol. (Soto, 2010, p. 50)

A segunda vertente, predominante entre os anos de 1850 e 1890, estava mais ligada às questões sociais do período, fruto de reflexões promovidas por padres jesuítas, como Luigi Taparelli d’Azeglio³¹ (1793-1862) e Matteo Liberatore³² (1810-1892), seu aluno, os quais admitiam a intervenção do Estado como suplemento à caridade cristã. Esta vertente, embora composta majoritariamente por jesuítas, era mais influenciada pelo pensamento neotomista, ligado à primeira escolástica. A preocupação destes pensadores estava mais direcionada aos “males” causados pelo liberalismo: “Com seu apoio à secularização política e à não-intervenção econômica, o liberalismo criou um vácuo social no qual prosperou uma competição desregrada, cobiça, usura e uma concentração substantiva de riqueza e poder”³³ (Almodovar e Teixeira, 2014, p. 119). Não podemos deixar de citar também a contribuição do bispo de Mainz, o Mons. Wilhelm Emmanuel von Ketteler (1811-1877). O economista Filipe Vales destacou alguns pontos de vista do bispo:

Apontou a competição e individualismo promovidos pelo liberalismo como as raízes do mal social, perspectivando a questão social num horizonte ético; reviu a noção de propriedade privada à luz do pensamento de Tomás de Aquino, no sentido de se demarcar não só do liberalismo, mas também do emergente socialismo; propôs alguns remédios, como a proibição do trabalho infantil, a limitação do número de horas de trabalho, as exigências sanitárias nos locais de trabalho, a assistência social, entre outros. Estas três ideias terão forte impacto na estruturação do trabalho dos economistas católicos. (Vales, 2015, p. 12)

Como se pode perceber, esta vertente do PEC tem tendências antiliberais mais claras, reforçando o papel do Estado na regulamentação do trabalho e na promoção do assistencialismo, e ao mesmo tempo antissocialista, pois defendeu a legitimidade da propriedade e refutou a luta de classes. Devido

³¹ Entre os seus principais discípulos podemos citar o Cardeal Tommaso Zigliara, OP (1833-1893), responsável pela formulação de parte das encíclicas *Aeterni Patris* (1879) e *Rerum Novarum* (1891). Taparelli também foi amigo do Arcebispo Gioacchino Pecci, futuro Papa Leão XIII.

³² Liberatore formulou a primeira parte da encíclica *Rerum Novarum*.

³³ Texto original: “With its support for political secularization and economic nonintervention, liberalism created a social vacuum in which prospered an unregulated competition, greediness, usury, and a substantive concentration of wealth and power”.

influência que estes pensadores exerciam na alta hierarquia eclesial, prevaleceu a segunda vertente no discurso oficial do Magistério³⁴.

A chamada “Doutrina Social da Igreja” (DSI) foi estabelecida formalmente a partir da encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, a qual recorreu à segunda corrente de pensamento, italiana e jesuítica, ao invés da francesa, mais ligada à Academia. A partir desta encíclica, o PEC assumiu o modelo corporativista, transformando-se em um “corporativismo católico”, uma terceira via declarada entre o socialismo e o capitalismo. Mais tarde, esta vertente influenciou o corporativismo fascista e a aprovação de leis trabalhistas na Europa e na América Latina.

O Corporativismo Católico

A promoção de um modelo corporativo como alternativa aos modelos socialista e capitalista não deveria provocar surpresa, pois trata-se de uma tentativa eclesial de retomar aspectos do antigo modelo feudal, baseado nas guildas e corporações de ofício controladas pela Igreja. O Magistério lançou mão de uma estratégia coerente, pois os sistemas político-econômicos existentes, ou tornavam seu papel secundário na sociedade, ou ameaçavam a sua existência; a Igreja precisava adotar um meio termo que diminuísse o poder do Estado, a fim de preservar sua estrutura, então baseada na posse de terras e imóveis ao redor do mundo, de modo a garantir sua liberdade de agir e sua influência social. Segundo o Pe. Fernando Bastos de Ávila, SJ (1918-2010), o corporativismo:

É uma doutrina político-econômica, que considera a sociedade humana naturalmente estruturada em grupos profissionais, concebidos como seus elementos básicos. Daí a ideia de constituir-se o governo não de representantes de regiões geográficas, mas de representantes de agrupamentos profissionais ou corporações. (...). O corporativismo seduziu o pensamento de Pio XI que o indicava como uma terceira via entre as democracias liberais, as quais lhe pareciam esgotadas, e os regimes totalitários de direita e de esquerda que cresciam com força ameaçadora. O corporativismo cristão foi de tal modo indevidamente identificado com as estruturas fascistas, que a derrocada do fascismo soterrou também a proposta alternativa cristã. (Ávila, 1993, p. 122)

³⁴ Os discípulos de Taparelli estiveram diretamente envolvidos com a redação das encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), as duas primeiras encíclicas sociais.

O autor conseguiu resumir o conceito, a origem e o declínio do corporativismo no PEC, destacando a importância que a teoria exerceu sobre o Papa Pio XI (1922-1939) e, portanto, a defesa oficial do modelo corporativo feita pela Igreja desde fins do século XIX até o final da Segunda Guerra Mundial. Porém, é importante analisar o caminho que este conceito percorreu até ser adotado pelo Magistério de maneira oficial, e mencionar quais intelectuais contribuíram para este fim.

Na década de 1930, era corrente a ideia de que o corporativismo marcaria o século XX, assim como o liberalismo marcara o XIX. O economista e político romeno Mihail Manoilescu (1891-1950), por exemplo, chegou a afirmar que “o liberalismo está morto e o socialismo exausto, antes mesmo de ter podido expandir-se” (Manoilescu, 1938, p. 9). Em uma de suas principais obras, *O Século do Corporativismo*, traduzida no Brasil no final da década de 1930, período inicial do Estado Novo³⁵, defendeu que ao longo do século XX o corporativismo se espalharia e seria predominante. Tendo isso em mente, ele se esforçou para delimitar o que compreendia por “corporativismo”:

O corporativismo contemporâneo não é, nem poderia ser, idêntico ao corporativismo da Idade Média. (...) O corporativismo nada tem de comum com o fascismo, embora os seus aspectos econômicos se tivessem desenvolvido em nossos dias sob a vigilância desse sistema. Teremos igualmente que frisar não ser o corporativismo um meio hipócrita de consolidar e perpetuar a ordem social vigente com todas as suas iniquidades. (...) O corporativismo não se restringe à órbita de organização material da sociedade, mas abrange, nas suas finalidades, uma verdadeira integração das forças espirituais, morais e materiais da nação em um conjunto harmonioso. (...) O corporativismo concretiza a subordinação de todos os interesses ao conceito nacional, que é uma ideia básica e final. (Manoilescu, 1938, p. 12)

A descrição de Manoilescu vai de encontro aos princípios espiritualistas, chegou a classificar o modelo de “orgânico”, segundo o qual a sociedade seria um grande corpo onde a realização de variadas funções, executadas pelos seus “órgãos”, a manteria viva, desde que cada “órgão” cumprisse sua missão específica. O indivíduo, neste modelo, deixaria de ser o *homo economicus*, ou seja, “a encarnação do egoísmo em um quadro de liberdade

³⁵ Manoilescu tinha posturas fascistas e antisemitas. Faleceu em uma prisão soviética, em 1950, por suas ideias conservadoras.

infinita” (Manoilescu, 1938, p. 279), e se transformaria no *homo corporativus*³⁶, no “homem que dispõe de uma liberdade relativa de escolha, entre várias posições determinadas e conformes com a utilidade nacional” (Manoilescu, 1938, p. 279-280).

O autor também considerou a Igreja como um “tipo acabado de corporação”, a corporação “mais independente de todas”, aquela que “serve de padrão a todas as instituições, corporações e partidos políticos” (Manoilescu, 1938, p. 168). A citada “independência” da Igreja frente ao Estado, fato que a destacou como corporação ideal, ajuda-nos a compreender melhor o conceito de corporativismo; neste modelo é o conjunto das corporações que, solidariamente, constrói o Estado, e este intervém, de forma subsidiária, nas corporações, assim: “as corporações não promanam de qualquer autoridade estranha a elas, mas são a única fonte donde procede todo o poder do Estado” (Manoilescu, 1938, p. 18). Manoilescu não utilizava o termo “terceira via” ao se referir ao corporativismo, mas o classificava como um “espaço econômico”, junto ao liberalismo e ao comunismo. Enquanto o espaço liberal foi definido como individualista, distante dos interesses coletivos, e o espaço comunista como coativo e coletivista, o espaço corporativo foi classificado como organizado, não dirigido, “comporta a liberdade da posse individual dos meios de produção e o controle dos contratos” (Manoilescu, 1938, p. 274). Em suma, o autor percebia a regeneração do modelo corporativo, sufocado após a Revolução Francesa (1789)³⁷, como caminho alternativo, postura compartilhada pelo PEC e pelo Magistério da Igreja.

Para compreender os fundamentos teórico-jurídicos do modelo de Estado corporativo, recorreremos ao jurista Roger Bonnard (1878-1944), que o definiu da seguinte forma:

³⁶ Cf. BASTIEN, Carlos; CARDOSO, José Luís. *From homo economicus to homo corporativus: A neglected critique of neoclassical economics*. The Journal of Socio-Economics 36 (2007) 118–127. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S105353570500137X>. Acesso: Agosto de 2018.

³⁷ “A Revolução Francesa dissolveu os quadros corporativistas, reduzindo a sociedade a uma poeira humana, formada pelos indivíduos isolados. (...) As sociedades, por meio de um movimento de reação, procuram retornar à sua anterior constituição orgânica, da poeira a que as reduziu a Revolução Francesa” (Manoilescu, 1938, p. 13).

O Estado corporativo é aquela forma de Estado que compreende órgãos de caráter corporativo [econômicos ou não]³⁸, a fim de tornar o Estado mais apto a realizar por si mesmo o intervencionismo, naquilo que diz com os interesses individuais, para conciliá-los e equilibrá-los. (Bonnard, 1938, p. 214)

O autor seguiu o mesmo raciocínio de Manoilescu, e destacou a incompatibilidade entre o Estado corporativo e o liberalismo, e adicionou a isto que o modelo democrático tradicional também não era adequado ao corporativismo, porque aquele “comporta uma representação política” (Manoilescu, 1938, p. 216), enquanto que no modelo corporativo se faz necessário uma representação profissional, uma “democracia profissional”, nesta “não são mais os partidos políticos, mas as profissões que se acham representadas” (Manoilescu, 1938, p. 217). O modelo apresentado foi apropriado pelos pensadores católicos e ratificado nas primeiras encíclicas sociais; o corporativismo, refletido sob uma ótica teológica, deu origem ao que chamamos de “corporativismo católico”³⁹, definição importante para evitar a confusão com o corporativismo fascista, ou com o modo pejorativo utilizado atualmente.

O maior representante do PEC de cunho corporativo, através do qual podemos falar da formação de uma verdadeira escola católica de pensamento econômico, é o padre jesuíta Heinrich Pesch (1854-1926)⁴⁰. Pesch elaborou uma complexa reflexão teológico-econômica conhecida como “solidarismo”⁴¹ na sua densa obra *Lehrbuch der Nationalökonomie*⁴², escrita entre os anos de 1905 e 1923, composta de treze volumes. Em 2014, o cientista político e colunista norte-americano Stephen Krason (1954) escreveu um artigo intitulado *Rediscovering Heinrich Pesch and Solidarism*, no qual pontuou catorze linhas gerais do solidarismo de Pesch; podemos destacar alguns que, posteriormente, foram incorporados na *Quadragesimo Anno* (1931) e na *Mater et Magistra* (1961), tais

³⁸ É importante sublinhar que a Igreja é considerada uma corporação não-econômica por Manoilescu.

³⁹ Inicialmente não havia diferença prática entre Pensamento Econômico Católico e Doutrina Social da Igreja, porém, a partir do pontificado de João XXIII, a DSI passou a ser identificada como um ramo da teologia moral, uma doutrina econômica, enquanto o PEC entrou em declínio como teoria econômica.

⁴⁰ Ao lado de Pesch, podemos citar: Eugène Duthoit (1869-1944), Valère Fallon (1875-1955), Oswald von Nell-Breuning (1890-1991), Gustav Gundlach (1892-1962), entre outros.

⁴¹ Pesch afirmava que o verdadeiro motor da vida econômica era a colaboração entre indivíduos e grupos e não a concorrência.

⁴² “Livro sobre a Economia Nacional”.

como: a defesa da propriedade privada e sua destinação universal, o princípio de socialização, ou seja, que todos sejam beneficiados pela economia, a substituição da economia de mercado totalmente livre por uma economia corporativa, mais organizada, a questão do preço justo, dos salários justos, da cobrança reduzida de impostos, da intervenção do Estado quando necessário (subsidiariedade), etc. Krason indicou a necessidade de redescobrir Pesch, embora parte de suas ideias sejam inaplicáveis atualmente; faremos uma breve análise sobre os principais elementos de seu pensamento.

Segundo Pesch, a sociedade deveria seguir uma “ordem natural orgânica”, a qual estaria ancorada em dois pilares:

- I. Doutrina de relações econômicas justas: Deve ser garantida a equivalência nos termos da troca e a garantia de um sustento adequado. Assim, não fica excluída a busca do lucro, mas apenas a busca excessiva do lucro.
- II. Visão corporativa da sociedade: Toda a função social é uma vocação e, portanto, não pode ser equiparada a uma mercadoria. Assim, o mercado deve ser substituído pela corporação, composta por grupos vocacionais e industriais de patrões e trabalhadores, dentro dos quais os problemas de cada indústria ou grupo profissional se deveriam resolver. O papel do Estado seria o de supervisor das relações institucionais dentro das corporações e entre as corporações, sem, contudo, tomar para si o seu controle. (Vales, 2015, p. 25)

Portanto, Pesch sublinhou a diferença entre “trabalho” e “mercadoria”⁴³, o trabalho não poderia ser considerado uma mercadoria entre outras; o trabalho humano é imbuído de valor próprio, não de simples utilidade; esta postura se tornou recorrente nas encíclicas sociais. Por outro lado, o autor não condenou a busca de lucros, apenas a busca excessiva, gananciosa, que visasse somente a acumulação, ao invés de enxergar o todo, o bem-estar social. A valorização do trabalho em si e a condenação do egoísmo capitalista na busca desregrada de lucros seria operacionalizada pelas corporações e sindicatos, e, por sua vez, estes seriam fiscalizados pelo Estado, o qual deveria interferir quando fosse estritamente necessário.

O conceito de “solidariedade”, princípio basilar da DSI, foi desenvolvido por Pesch como uma opção entre o individualismo e o coletivismo. O princípio de solidariedade foi definido por Pesch como: “A

⁴³ O Papa João Paulo II também destacou esta diferença na encíclica *Laborem Exercens* (1981).

amalgamação ordenada de todos os esforços feitos por forças que supostamente vinculam a sociedade ao redor de um bem comum moralmente exigido”⁴⁴ (Almodovar e Teixeira, 2014, p. 122), trata-se de um princípio baseado no direito natural, gerador de uma “ordem natural orgânica”, em contraponto ao mecanicismo liberal e ao estatismo socialista. A este princípio, somou-se o de “subsidiariedade” do Papa Pio XI, segundo o qual “o Estado não deveria intervir sempre que os níveis intermediários da sociedade (associações, comunidade local e a família) pudessem ter uma ação efetiva”⁴⁵ (Almodovar e Teixeira, 2014, p. 122); ou seja, a sociedade civil e suas formas de organização deveriam preceder a intervenção do Estado e, na medida do possível, autogerir-se, cabendo ao Estado a fiscalização e eventual intervenção no caso de incapacidade da sociedade civil. Sobre a contribuição de Pio XI na defesa do corporativismo católico, podemos citar não apenas sua própria reflexão sobre o tema, feita na *Quadragesimo Anno*, mas principalmente a condenação das demais doutrinas político-econômicas do período: o liberalismo e o comunismo⁴⁶, por esta mesma encíclica, bem como o fascismo⁴⁷ e o nazismo⁴⁸.

A teoria econômica de Pesch está intrinsecamente ligada à ética, especificamente à ética cristã, desde os seus objetivos primordiais até o seu funcionamento prático. Sem princípios éticos, a economia estaria fadada a se desumanizar, a perder-se de suas finalidades, portanto é a ética o princípio básico pelo qual as teorias econômicas devem se orientar. Em suas palavras:

O objetivo da economia nacional é este: atender à necessidade nacional de bens materiais no contexto do bem-estar geral, com fatores reguladores incluindo as consciências dos seres humanos, que são falíveis, mesmo nas melhores ordens políticas e econômicas, junto com organizações civis que desempenham suas funções de maneira consciente e, finalmente, a atividade

⁴⁴ Texto original: “The ordely amalgamation of all efforts by forces which are supposed to or do in fact bind together with reference to a morally required common good.”

⁴⁵ Texto original: “The State should not intervene whenever the intermediate levels of society (associations, local community, and family) could have an effective action”.

⁴⁶ O comunismo foi condenado ao lado do liberalismo na *Quadragesimo Anno*, mas alguns anos depois foi alvo de um documento inteiramente dedicado a ele, a Carta Encíclica *Divini Redemptoris* (1937), cujo subtítulo era “Sobre o Comunismo Ateu”.

⁴⁷ Carta Encíclica *Non abbiamo bisogno* (1931).

⁴⁸ Carta Encíclica *Mit Brennender Sorge* (1937).

complementar, harmonizadora e reguladora das autoridades estatais.⁴⁹ (Pesch, 2004, p. 58-59)

Nota-se que o fator principal na equação econômica seria o Homem, dotado de falhas, desejos, limitações e criatividade, constituindo-se na principal fonte de riqueza, e no princípio elementar para a reta compreensão de qualquer teoria econômica. Nesse sentido, Pesch era um crítico da teoria da livre concorrência e um cético quanto às leis da oferta e da demanda, ao contrário dos salmantinos do século XVI, duvidando de que estas engrenagens fossem capazes de funcionar por si só:

De fato, no entanto, oferta e demanda não são causas que operam como que por necessidade natural. Não há lei natural de oferta e demanda e nenhum mecanismo para determinação de preço. Por trás da oferta, há fornecedores e, por trás da demanda, há demandantes, causas que operam livremente, deliberações humanas, ambições humanas, paixões humanas e relações de poder humano. Portanto, o que é necessário é a intervenção de fatores reguladores e proteção contra a falsificação especulativa, contra a manipulação artificial da flutuação dos preços, o que torna possível ganhar grandes quantias em pouco tempo.⁵⁰ (Pesch, 2004, p. 83-84)

A oferta e a demanda deveriam, portanto, refletir as condições reais, a verdadeira quantidade de bens disponíveis e o real interesse dos consumidores por esses bens, e para isso era necessária regulação; não seria possível que os preços fossem determinados automaticamente, mecanicamente, pela oferta e procura, essas supostas engrenagens poderiam ser facilmente manipuladas, e o preço justo não seria alcançado. A ética cristã traria justiça às relações econômicas, seria, segundo Pesch, como “os arcos de um barril”; e trazendo a justiça também traria a paz, a ética na economia seria capaz de evitar as guerras, geradas pelo “espírito capitalista”, e criar uma comunidade humana solidária.

⁴⁹ Texto original: “The purpose of the national economy is this: meeting the national need for material goods within the context of the general welfare, with regulating factors including the consciences of human beings who are fallible even in the best political and economic orders, along with civil organizations which perform their functions in a conscientious manner, and finally the complementary, harmonizing and regulative activity of state authorities.”

⁵⁰ Texto original: “As a matter of fact, however, supply and demand are not causes which operate as if by natural necessity. There is no natural law of supply and demand and no mechanism for price determination. Behind supply there are suppliers, and behind demand there are demanders, causes which operate freely, human deliberations, human ambitions, human passions, and human power relationships. Therefore what is needed is the intervention of regulating factors and protection against speculative falsification, against artificial manipulation of the fluctuation in prices which makes it possible to earn vast amounts of money in a short time.”

Contudo, não devemos confundir a defesa de Pesch da regulação com economia planejada, trata-se apenas de rejeitar uma economia totalmente livre, o que o autor classificou de “economia de livre empresa”:

Nós também pedimos maior liberdade na vida econômica no futuro. No entanto, não devemos permitir que esta economia, quando se tornar mais livre, volte a ser a velha economia de livre empresa. Não devemos permitir-nos ser jogados de um extremo ao outro. A ordem, não a liberdade, é o princípio mais alto e a melhor garantia também do grau certo de liberdade.⁵¹ (Pesch, 2004, p. 151)

A defesa de Pesch gira ao redor de um melhor ordenamento, controle absoluto ou liberdade absoluta são vistos com desconfiança, são os “extremos” do comunismo e do capitalismo. Pesch dirigiu, ao longo desta obra, mais críticas ao capitalismo liberal do que ao comunismo; segundo ele, ambos são extremos e possuem princípios errados, porém, o comunismo seria consequência do capitalismo, resultado das injustiças causadas por este, e permanecer nele levaria as nações ao comunismo, promovendo radicalismo e violência.

Para concluir a análise de parte do pensamento de Pesch, citaremos o resumo que o próprio autor fez do que considerava ser um modelo econômico ideal:

A longo prazo, o futuro não pertence a nenhum tipo de "economia de comando", seja ela simplesmente dominada pelo Estado ou socialista. Ela pertence, antes, ao tipo de economia nacional livre em que haverá independência e responsabilidade pessoal entre todos os sujeitos econômicos. No entanto, não será mais a economia individualista e capitalista do libertarianismo econômico, mas uma economia nacional socializada e regulada que será ligada a uma comunidade econômica integrando unidades econômicas individuais à unidade econômica nacional, subordinando-se à finalidade econômica geral.⁵² (Pesch, 2004, p. 176)

⁵¹ Texto original: “We too call for greater freedom in economic life in the future. However, we should not allow this economy, when it becomes more free, to become again the old free-enterprise economy. We must not allow ourselves to be tossed about from one extreme to the other. Order, not freedom, is the highest principle and the best guarantee also of the right degree of freedom.”

⁵² Texto original: “In the long run, the future does not belong to any kind of command economy, whether that is simply a state-dominated one or a socialistic one. It belongs rather to the kind of free national economy where there will be independence for, and personal responsibility among, all of the economizing subjects. However, it will no longer be the individualistic, capitalistic economy of economic libertarianism, but a socialized and regulated national economy which will be bonded together into an economic community by integrating

O autor imaginava uma economia nacional livre, funcionando harmonicamente como uma comunidade econômica, integrada pelo Estado, agente regulador e subsidiariamente responsável pelo ordenamento da economia nacional, pelas associações da sociedade civil, como as corporações, sindicatos e famílias, e pelos indivíduos, estes solidariamente responsáveis e protagonistas das atividades produtivas e comerciais. Pesch faleceu em 1926, mas depois de cinco anos, dois de seus discípulos, Nell-Breunning e Gundlach, ambos jesuítas, ficaram responsáveis pelo rascunho da encíclica *Quadragesimo Anno*, dotando a segunda encíclica social produzida pelo Magistério de uma enorme influência do pensamento de seu mestre, e redirecionando o PEC no mesmo sentido das suas reflexões.

Na prática, a nascente DSI e o PEC não apresentavam diferenças palpáveis em um primeiro momento. Embora o PEC tivesse variações, a vertente que prevaleceu deu origem à DSI e ambas as correntes permaneceram unidas, tendo o Magistério da Igreja como sustentáculo, até o pontificado de João XXIII (1958-1963). A diferenciação entre estas formas de pensamento, fato que ocasionou o aparente colapso de uma teoria econômica genuinamente católica, se deu, a nosso ver, por questões históricas alheias à Igrejas, as quais analisaremos a seguir.

Crise e Declínio do Pensamento Econômico Católico

Em março de 1939, o Secretário de Estado de Pio XI, Cardeal Eugenio Pacelli, foi eleito e entronizado Papa Pio XII (1939-1958), mesmo ano no qual teve início o maior conflito armado da História, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Certamente, ocupar o Trono de São Pedro durante uma guerra de dimensões apocalípticas foi um dos maiores desafios que um papa já enfrentou. Quatro ideologias político-econômicas se enfrentaram, o eixo nazifascista enfrentou a aliança formada entre as democracias liberais e o comunismo stalinista; a ideologia que saísse vitoriosa na guerra prevaleceria no Mundo, e todas elas foram alvos dos ataques da Igreja Católica na primeira metade do século XX. Como o catolicismo poderia sobreviver durante e após

individual economic units into the national economic unit, subordinating themselves to the overall economic purpose of the nation.”

o término dos conflitos? Acreditamos que esta preocupação seja a origem da mudança da reflexão sócio-político-econômica assumida pelo Magistério da Igreja ao longo do pontificado de Pio XII e, sobretudo, após a eleição do Papa João XXIII (1958-1963). O filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937), assumindo uma postura mais crítica em relação à Igreja, chegou a afirmar que esta nunca teve um verdadeiro programa de reforma econômica, mas que:

Na realidade, a Igreja não quer comprometer-se na vida econômica e não se empenha a fundo, nem por aplicar os princípios sociais que defende e que não são aplicados, nem por defender, manter ou restaurar aquelas situações em que uma parte dos seus princípios já fora aplicada e que foram destruídas...ela está disposta a lutar só para defender as suas liberdades corporativas particulares (...), suas condições existenciais. (Pimenta, 1985, p. 18)

Esta observação de Gramsci chama-nos a atenção para um elemento importante no estudo do pensamento católico, a Igreja não é apenas mais uma instituição social, não compõe, simplesmente, o quadro social, trata-se de uma sociedade autônoma, com regras, lideranças e identidade próprias, com uma comunidade de leigos e clérigos, muitas vezes dispostos a esquecer sua identidade nacional para defender esta sociedade cultural paralela. Isso ocorre desde sua constituição, mas ficou mais evidente na Idade Média, como constatou Schumpeter:

Um dos pontos essenciais a abordar é que a Igreja não era simplesmente um órgão da sociedade feudal, mas um organismo distinto que sempre manteve um poder próprio a serviço da classe guerreira, nunca abandonou sua própria autoridade, nunca se tornando também instrumento desta ou de qualquer outra classe. (Schumpeter, 1964, p. 107)

A Igreja Católica, no geral, está a serviço de sua própria sociedade, a sociedade eclesial, isso explica sua imensa capacidade de adaptação às novas estruturas sociais, sua penetração em praticamente todas as culturas e estados do mundo, bem como em todas as classes sociais. As diferentes manifestações do catolicismo ao redor do mundo, a depender das classes sociais, do gênero, da idade ou das etnias, são quase todas admitidas, com as devidas ressalvas, pela Igreja, o que demonstra sua flexibilidade estratégica, fato que permitiu a sua sobrevivência institucional por mais de dois mil anos. Ao prosseguir com as análises sobre o pensamento econômico católico, apoiado ou não pelo Magistério, consideraremos esta hipótese, ou seja, que na defesa ou ataque a

determinados modelos político-econômicos, a questão primordial passa pela manutenção da estrutura da sociedade eclesial.⁵³

O Papa Pio XII, assim como o seu antecessor, aparentemente não abandonou a defesa de um corporativismo católico, pode-se perceber isso, por exemplo, pelo convite feito a Gustav Gundlach, discípulo de Pesch, para ser seu consultor para os assuntos econômicos. Gundlach, entre outras coisas, fez a Igreja, comandada por Pio XII, pender para o lado da democracia política, além de ter exercido uma importante influência nos pronunciamentos do Papa sobre economia, sobretudo nas suas conhecidas radiomensagens⁵⁴. O economista francês Achille Dauphin-Meunier (1906-1984), observou que:

Pio XII condena as falsas concepções do corpo social que expressaram os liberais e os socialistas. Os primeiros conceberam a sociedade como um agregado de átomos (...) sem ligação orgânica entre si. Os segundos chegaram à sujeição de toda pessoa e toda coisa ao Estado totalitário. (Dauphin-Meunier, 1963, p. 23)

E prossegue dizendo que “a Igreja julga os dois sistemas [liberalismo e socialismo] em função de seus frutos: rejeita-os com o mesmo vigor e lhes opõe o seu sistema” (Dauphin-Meunier, 1963, p. 48). Mas sabemos que essa postura, mais adiante, exprimiria um caráter pragmático, pois até o fim da Guerra Fria (1991) o socialismo teria uma rejeição muito mais acentuada, já que a manutenção do catolicismo só seria possível no interior das democracias liberais, e após esse período a Igreja teria momentos de aproximação e distanciamento de ambos, ora defendendo aspectos da crítica socialista, ora demonstrando apoio aos princípios liberais.

Durante o seu pontificado não foram produzidas encíclicas sociais, provavelmente devido ao momento crítico da Europa, que fazia a Igreja concentrar atenções na guerra, e na própria sobrevivência. O fato de ter

⁵³ Se pensarmos que entre os principais objetivos da gestão econômica de uma família, empresa ou nação estão a sua preservação material e a geração de bem-estar físico, também podemos considerar que a Igreja Católica busca gestar uma economia eclesial, garantindo os meios capazes de se preservar no Mundo. A economia eclesial, ao que parece, está relacionada com as críticas aos sistemas econômicos existentes, trata-se de manter a Igreja como modelo social, econômico e político alternativo, embora esse modelo nunca seja adotado.

⁵⁴ Sobre as radiomensagens de Pio XII, sugerimos: SOFFIATTI, Elza S. Cardoso. *Igreja Católica, Política e Pio XII*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. A autora, contudo, não faz referências a Gundlach, fato que consideramos uma lacuna importante, tendo em vista a natureza do trabalho.

deixado a discussão econômica em segundo plano, pode ter contribuído para a esterilidade da produção intelectual sobre o tema na década de 1940:

Podemos dizer que, pese embora a continuidade de um pensamento econômico católico, já não encontramos, entre as décadas de 1940 e 1950, obras de caráter sistemático como as que apresentamos no período antecedente. Essas obras, que versavam exclusivamente sobre economia, começaram a inclinar-se para o domínio da vizinha sociologia onde os pensadores católicos parecem ter encontrado um terreno mais propício para a sua reflexão. (Vales, 2015, p. 34)

A sociologia, por apresentar uma porosidade mais acentuada quanto à ingerência de outros campos de estudo em suas áreas de pesquisa, absorveu parte do pensamento econômico católico, concentrando os esforços desses intelectuais nessa vertente.⁵⁵

A Igreja de Pio XII afastou-se, de maneira mais visível, do PEC de caráter corporativista após o final da Segunda Guerra, com a derrota do nazifascismo, e o surgimento de mais uma época de grande hostilidade entre o capitalismo liberal e o comunismo. Após esse período, a Igreja passou a sofrer mudanças de natureza teológica, e desviou sua atenção para outros problemas, tratando mais de temas como:

Questões de cooperação e ajuda internacional, uma desejável abertura ao capitalismo para travar o avanço do socialismo, uma alteração das prioridades na investigação teológica, que relegou o diálogo com a ciência econômica para segundo plano, e por fim, a crescente profissionalização da economia. (Vales, 2015, p. 42)

Nós seguimos de perto, até o momento, a periodização desse processo de construção e declínio do PEC feita por Filipe Vales, com base, principalmente, em Almodovar e Teixeira, e concordamos com a sequência da contribuição dos principais autores, bem como consideramos relevantes os argumentos para justificar o seu “fim”⁵⁶; porém, acreditamos que o abandono parcial do PEC tem uma relação direta com o final da Segunda Guerra. Esse suposto abandono, ou reforma conceitual, ocorreu provavelmente devido à ameaça representada pela intolerância religiosa da URSS. Ao mesmo tempo, a Igreja não poderia simplesmente adotar a perspectiva liberal, sua mais antiga

⁵⁵ Por exemplo, podemos citar os estudos do economista húngaro Karl Polanyi. Conf.: POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: As origens da nossa época*. Trad.: Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

⁵⁶ Uma das nossas objeções é quanto ao suposto fim do projeto de um pensamento econômico católico.

inimiga; também não fazia sentido propor uma terceira via, pois enfraqueceria a luta contra o comunismo, colocando em risco o futuro da religião. A nosso ver, a solução encontrada foi equilibrar o discurso, pendendo para a defesa de elementos liberais, tais como a propriedade privada, a economia de mercado livre, a democracia, etc., sem, contudo, abandonar elementos do antigo corporativismo católico que, como já mencionado, possuía elementos socialistas, tais como a questão da crítica da desigualdade, da miséria, do conflito social de classes, da interferência, ainda que sutil, do Estado na economia, etc. Isso significa que a Igreja desistiu de sugerir modelos próprios para uma possível reforma do sistema econômico mundial? Acreditamos que não, mas essa análise é mais robusta e será feita em uma próxima ocasião.

Referências Bibliográficas

ALMODOVAR, António; TEIXEIRA, Pedro. *Economics and Theology in Europe from the Nineteenth Century*. In: OSLINGTON, Paul (Org.). *The Oxford Handbook of Christianity and Economics*. New York: Oxford University Press, 2014.

ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz J. *A Idolatria do Mercado*. São Paulo: Vozes, 1989.

ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal*. Trad.: Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2009.

BONNARD, Roger. *Syndicalismo, Corporativismo e Estado Corporativo*. Trad.: Themistocles Brandão Cavalcanti. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1938.

DAUPHIN-MEUNIER, Achille. *A Igreja e as Estruturas Econômicas do Mundo*. Trad.: José B. Mari. São Paulo: Ed. Flamboyant, 1963.

FANFANI, Amintore. *Capitalismo, Socialidade, Participação*. Trad.: Natércia Rocha. Lisboa: Editorial Notícias, 1976.

HEERS, Jacques. *História Medieval*. Trad.: Tereza Aline Pereira de Queiroz. São Paulo: Difel, 1981.

HUNT, Emery Kay; SHERMAN, Howard Jay. *História do Pensamento Econômico*. Trad.: Jaime Larry Benchimol. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013.

LE GOFF, Jacques. *A Bolsa e a Vida*. Trad.: Rogério Silveira Muoio. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Trad.: José Rivair de Macedo. Bauru: Edusc, 2005.

LIMA, Luís Corrêa. *Teologia de Mercado: Uma visão da economia mundial no tempo em que os economistas eram teólogos*. Bauru: EDUSC, 2001.

MANOILESCU, Mihail. *O Século do Corporativismo*. Trad.: Azevedo Amaral. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

NOTO, Sergio. *Corporatism*. In: FACCCARELLO, Gilbert; KURZ, Heinz (Org.). *Handbook on the History of Economic Analysis*. Vol. III. Cheltenham/Northampton: Edward Elgar Publishing, 2016.

PESCH, Heinrich. *Ethics and National Economy*. Trad.: Rupert Ederer. Norfolk: IHS Press, 2004.

PIMENTA, Eli. *A Política e a Igreja Moderna: A visão de Antonio Gramsci*. Marília: UNESP. Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação, 1985. [Séries Monográficas, Política, 3].

PIRENNE, Henri. *As Cidades da Idade Média*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1964.

PIRENNE, Henri. *História Econômica e Social da Idade Média*. Trad.: Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1965.

SCHUMPETER, Joseph. *História da Análise Econômica*. Rio de Janeiro: Centro de Publicações Técnicas da Aliança, 1964.

SOTO, Jesús Huerta de. *A Escola Austríaca*. Trad.: André Azevedo Alves. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

TREVOR-ROPER, Hugh Redwald. *Religião, Reforma e Transformação social*. Trad.: Maria do Carmo Cary. Lisboa: Ed. Presença, 1972.

VALES, Filipe Martins de Sousa. *Contributos para uma História do Pensamento Econômico Católico: O declínio e fim do projeto*. Porto, 2015. [Dissertação de Mestrado – Faculdade de Economia do Porto].

VERVIER, Jacques; VOS, Herman. *Utopia Cristã e Lógica Econômica*. Petrópolis: Vozes, 1997.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Trad.: Pietro Nassett. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2011.

WEBER, Max. *História Geral da Economia*. São Paulo: Centauro, 2006.

WOODS, Thomas. *Como a Igreja Católica Construiu a Civilização Ocidental*. Trad.: Élcio Carillo. São Paulo: Ed. Quadrante, 2008.